



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE GRAMADO EM 27.10.2015

Aos 27 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Gramado a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº0005612-58.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Substituto zoneado Osvaldo Antônio da Silva Stocher, que responde pela titularidade da Vara do Trabalho, pelo Diretor de Secretaria Eduardo de Azevedo Colvara e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 23.09.2005

Data da última correição realizada: 01.12.2014

Data de Instalação do PJe: 16.10.2015

Jurisdição: Cambará do Sul, Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 27.10.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

| Juiz | Situação | Período |
|----------------------------------|--------------|------------------|
| Joe Ernando Deszuta ¹ | Juiz Titular | Desde 04.03.2013 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

¹ O magistrado está atendendo convocação para atuar no TRT no período de 05.10.2015 a 06.01.2016.

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Gramado, pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende



04 vagas de zoneamento, atualmente ocupadas pelos Juízes Substitutos **Oswaldo Antônio da Silva Stocher, Lúcia Rodrigues de Matos, Edenir Barbosa Domingos e Jaqueline Maria Menta.**

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

| | Juiz (a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|---|---|-----------------|-------|
| - | Joe Ernando Deszuta | Juiz Titular desde 04.03.2013 | | |
| - | Oswaldo Antônio da Silva Stocher | Juízes Substitutos Zoneados na Circunscrição | | |
| - | Lúcia Rodrigues de Matos | | | |
| - | Jaqueline Maria Menta | | | |
| - | Edenir Barbosa Domingos | | | |
| 1 | Gustavo Pusch | | | |
| 2 | Sheila Spode | 23.02 a 09.03.2015 | 17 dias | |
| 3 | Fernando Reichenbach | 21.09 a 04.10.2015 | 14 dias | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

| | Juiz (a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|---------|----------------------------|---|--|----------|
| Titular | Joe Ernando Deszuta | Férias | 07.01 a 05.02.2014 04 a 11.08.2014 18.08 a 07.09.2014 09.02 a 09.03.2015 03 a 16.08.2015 15.09 a 04.10.2015 | 146 dias |
| | | Convocação para atuar no TRT ¹ | 05.10 a 27.10.2015 | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

¹ O tempo total de convocação do magistrado para atuar no TRT é de 05.10.2015 a 06.01.2016, porém a parcela temporal excedente ao período correcionado foi desconsiderada por extrapolar o lapso abrangido por este relatório.



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

| | Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|---|-------------------------------|---|---|---|
| 1 | Eduardo de Azevedo Colvara | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Diretor de Secretaria (CJ3) | 18.03.2013 |
| 2 | Cássia Viola Beck | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 22.06.2009 |
| 3 | Leonor Guimarães da Silva | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretária de Audiência (FC03) | 27.09.2005 |
| 4 | Daiane de Moraes | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 20.01.2011 |
| 5 | Fábio Simões da Costa | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 26.10.2009 |
| 6 | Maurício Rodrigues Costa | Analista Judiciário - Área Administrativa | Assistente (FC02) | 23.09.2005 |
| 7 | Maria Ester Cavalheiro | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 13.12.2005 |
| 8 | Luiz Augusto Castro Barcellos | Analista Judiciário - Área Judiciária | - | 06.07.2011 |
| 9 | Sílvia Samara Barbosa Gomes | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 24.03.2014 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|---|-------------------------------|---|
| 968 processos | 751 a 1.000 | 9 servidores | 9 a 10 servidores |

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça



do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Gramado está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

| Servidor (a) | Motivo | Nº de dias de Afastamento | Total (em dias) |
|---|--|---------------------------|-----------------|
| Cássia Viola Beck | Curso ou Evento | 3 | 3 |
| Daiane de Moraes | - | - | - |
| Eduardo de Azevedo Colvara | Curso ou Evento | 3 | 43 |
| | Licença Prêmio por Assiduidade | 31 | |
| | Doença em Pessoa da Família | 2 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 2 | |
| | Licença-Paternidade | 5 | |
| Fábio Simões da Costa | Falecimento de Pessoa da Família | 8 | 13 |
| | Licença-Paternidade | 5 | |
| Leonor Guimarães da Silva | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 92 | 92 |
| Luiz Augusto Castro Barcellos | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 4 | 4 |
| Maria Ester Cavalheiro | Trabalho nas Eleições | 3 | 3 |
| Maurício Rodrigues Costa | Casamento | 8 | 12 |
| | Doença em Pessoa da Família | 4 | |
| Sílvia Samara Barbosa Gomes* (desde 24.03.2014) | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 64 | 64 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

* Servidora lotada na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação da servidora à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

| | Servidor (a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|---|-----------------------------|-----------------|-------------------|--|----------------------------|
| 1 | Ênio Luís Santos de Freitas | 27.06.2008 | 12.01.2014 | 5 anos, 6 meses e 16 dias | Lotação na CCDF de Estrela |



| | | | | | |
|---|-------------------------------|------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------------|
| 2 | João Carlos Felix de Azambuja | 11.07.2013 | 23.09.2015 | 2 anos, 2 meses e 13 dias | Lotação na Secretaria da Corregedoria |
|---|-------------------------------|------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

2.2.5 Estagiários

| | Estagiária | Curso em Andamento | Período |
|---|---------------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| 1 | Juliana de Oliveira Juszkevicz | Superior em Direito | 24.08.2015 a 23.02.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correcionado

| Juiz (a) | | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|-----------------------------|---|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Titular | Joe Ernando Deszuta | - | 12 | 42,5 | 54,5 |
| Substitutos zoneados | Oswaldo Antônio da Silva Stocher | - | - | 21 | 21 |
| | Lúcia Rodrigues de Matos | - | 24 | 99 | 123 |
| | Edenir Barbosa Domingos | - | - | 94 | 94 |
| | Jaqueline Maria Menta | - | 12 | 148,5 | 160,5 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

| Servidor (a) | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|--------------------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Cássia Viola Beck | - | - | 73,5 | 73,5 |
| Daiane de Moraes | - | - | 156 | 156 |
| Eduardo de Azevedo Colvara* | - | 7,8 | 12 | 19,8 |
| Fábio Simões da Costa | 10 | - | 175 | 185 |
| Leonor Guimarães da Silva | - | - | 21 | 21 |
| Luiz Augusto Castro Barcellos | - | - | - | - |
| Maria Ester Cavalheiro | - | - | 81 | 81 |
| Maurício Rodrigues Costa | - | - | - | - |
| Sílvia Samara Barbosa Gomes | - | - | 306 | 306 |



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
|---|--------------|--------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 850 | 975 | 14,71% | 1.226 | 25,74% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 88 | 65 | -26,14% | 77 | 18,46% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 741 | 805 | 8,64% | 962 | 19,50% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 56 | 38 | -32,14% | 46 | 21,05% |
| Total | 1.735 | 1.883 | 8,53% | 2.311 | 22,73% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

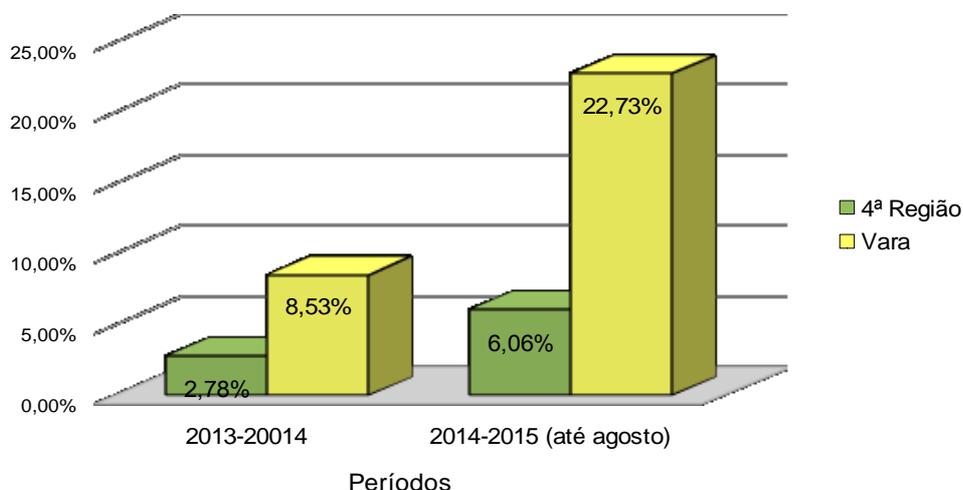
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 8,53% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 125 processos), seguido da execução (acréscimo de 64 processos); por sua vez, o acervo de liquidações registrou queda de 23 processos e as cartas precatórias pendentes de cumprimento recuaram em 18 no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Gramado em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a agosto de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 22,73%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
|--|------------|------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Casos novos | 933 | 1.043 | 11,79% | 865 | -17,07% |
| Sentenças anuladas/reformadas | 2 | 4 | 100,00% | 5 | 25,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)* | 939 | 925 | -1,49% | 854 | -7,68% |
| Processos pendentes de solução | 284 | 392 | 38,03% | 391 | -0,26% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

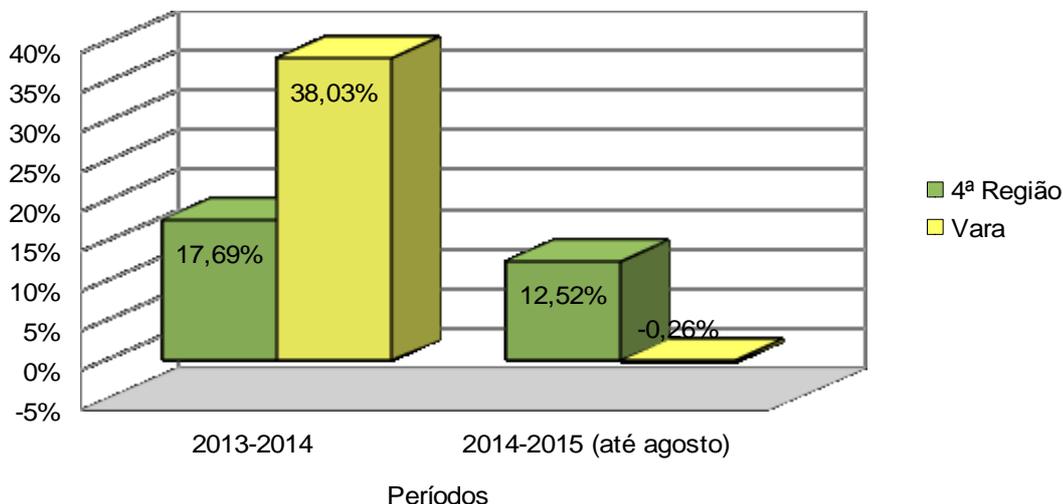
No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 38,03% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 284 para 392 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 11,79% na média mensal de casos novos (a qual passou de 77,75 processos, em 2013, para 86,92 processos, em 2014), combinada com um recuo de 1,49% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Por sua vez, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam estabilidade do estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao ano anterior (queda de apenas 01 processo), ao contrário do que



ocorre com a média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (67,76%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.08.2015, houve a redução de 11 para 0 no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|--|------------|------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 51 | 106 | 107,84% | 89 | -16,04% |
| Aguardando encerramento da instrução | 223 | 246 | 10,31% | 258 | 4,88% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 10 | 29 | 190,00% | 44 | 51,72% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 0 | 11 | - | 0 | -100,00% |
| TOTAL | 284 | 392 | 38,03% | 391 | -0,26% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de conhecimento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Gramado – 2ª Vara | 23,28% | 30,50% | 31,00% | 32,33% | 5,99% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 55,03% | 24,14% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 30,50% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 31% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 13,83 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

| Processos solucionados | | | | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------------|------------|
| Tipo de solução | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até 31.08) | |
| | | QTD | % | QTD | % | QTD | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 617 | 65,71 | 605 | 65,41 | 588 | 68,85 |
| | Julgado procedente | 16 | 1,7 | 20 | 2,16 | 19 | 2,22 |
| | Julgado procedente em parte | 148 | 15,76 | 178 | 19,24 | 146 | 17,1 |
| | Julgado improcedente | 51 | 5,43 | 38 | 4,11 | 26 | 3,04 |
| | Extinto | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,12 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 12 | 1,28 | 5 | 0,54 | 18 | 2,11 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 48 | 5,11 | 42 | 4,54 | 31 | 3,63 |
| | Desistência | 40 | 4,26 | 32 | 3,46 | 18 | 2,11 |
| | Outras decisões | 7 | 0,75 | 5 | 0,54 | 7 | 0,82 |
| TOTAL | | 939 | 100 | 925 | 100 | 854 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

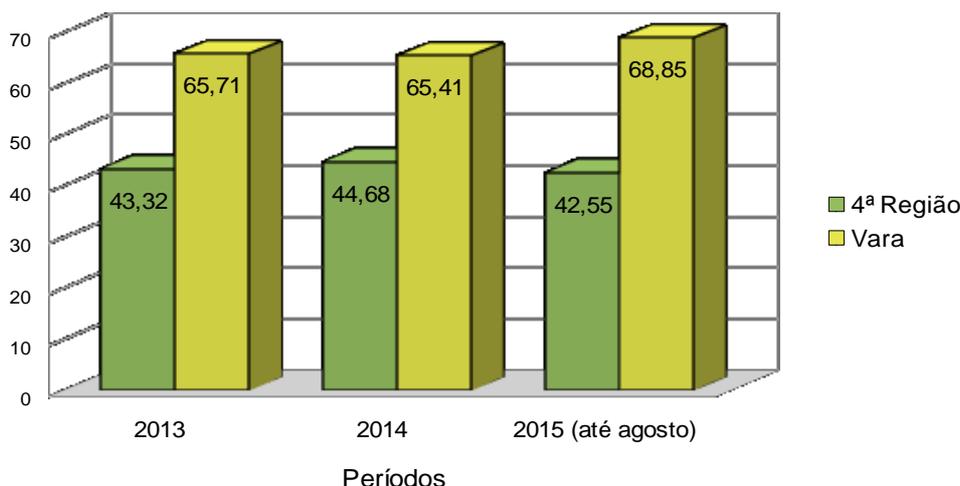
Verificou-se diminuição de 14 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 1,49%. Esse índice se mostrou similar à média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução de 2,67%.



Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 215 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 236 decisões, representando um aumento de 9,77%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra queda do número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 617, representando 65,71% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 605, correspondendo a 65,41% das soluções na fase de conhecimento, índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 68,85%, resultado bastante acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| | Liquidações | | | | |
|---------------------------|-------------|-----------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Iniciadas | 140 | 150 | 7,14% | 106 | -29,33% |
| Encerradas | 92 | 148 | 60,87% | 94 | -36,49% |
| Pendentes | 84 | 59 | -29,76% | 67 | 13,56% |
| Arquivo Provisório | 7 | 12 | 71,43% | 6 | -50,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 84, em 2013, para 59, em 2014, importando em uma queda de 29,76%. Esse percentual foi destoou do índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Por sua vez, nos oito primeiros meses de 2015, houve avanço de 08 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a um aumento de 13,56%, enquanto a média de todo o TRT4 no período registrou queda de 1,87%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) * | | | | | |
|--|--------|--------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Gramado – 2ª Vara | 52,82% | 36,75% | -30,42% | 43,03% | 17,08% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 52,76% | 19,47% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 36,75% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 30,42% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 7,41 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
|------------------------------------|--|------------|------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Entrada | Iniciadas | 335 | 256 | -23,58% | 156 | -39,06% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 4 | 15 | 275,00% | 4 | -73,33% |
| Saídas | Encerradas | 143 | 184 | 28,67% | 94 | -48,91% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 122 | 161 | 31,97% | 18 | -88,82% |
| Pendentes | Exclusivamente crédito previdenciário | 21 | 11 | -47,62% | 6 | -45,45% |
| | Demais | 359 | 328 | -8,64% | 466 | 42,07% |
| | Total | 380 | 339 | -10,79% | 472 | 39,23% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 481 | 612 | 27,23% | 626 | 2,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Gramado caiu de 380 para 339 processos, o que corresponde a um recuo



de 10,79% em relação ao ano anterior. Essa queda foi mais expressiva do que aquela alcançada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio; entretanto, a redução do acervo de execuções em andamento na Unidade Judiciária se deu pelo grande número de processos arquivados com dívida em 2014, haja vista que o número de execuções iniciadas superou o de encerradas em 39,13%.

Ademais, os dados colhidos no período de janeiro a agosto de 2015 apontam aumento de 39,23% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado bastante superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) * | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Gramado – 2ª Vara | 79,09% | 71,07% | -10,15% | 81,01% | 13,99% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 81,60% | 15,24% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{[número execuções encerradas]}}{\text{[resíduo anterior + execuções iniciadas]}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 71,07% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 10,15% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 0,26 pontos percentuais.

| Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Gramado – 2ª Vara | 86,78% | 83,53% | -3,75% | 91,51% | 9,56% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 89,16% | 5,01% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Gramado na fase de execução, a qual passa a corresponder a 83,53% - média 3,75% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 1,38 pontos percentual menor, o que denota uma efetividade na execução similar à média regional.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| BNDT | | | | | |
|---|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 194 | 210 | 8,25% | 89 | -57,62% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 90 | 82 | -8,89% | 61 | -25,61% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 645 | 761 | 17,98% | 778 | 2,23% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Gramado, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **09 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

| | |
|---|--|
| 1 | Processo nº 0102000-44.2009.5.04.0352 |
| Situação processual: Em 20.10.2010, o processo foi apensado à reclamatória trabalhista nº 0086000-66.2009.5.04.0352. Conforme andamentos processuais dessa reclamatória, em 04.12.2012 foi certificada a quitação integral do débito, tanto no processo principal como em todos os processos apensados, data em que foi proferida sentença de extinção da execução e determinado o arquivamento definitivo dos autos. Foi registrada a quitação da dívida em relação a todos os nove reclamados e arquivados definitivamente o processo em 05.12.2012. | |
| Histórico BNDT: No processo apensado (0102000-44.2009.5.04.0352), as reclamadas <i>Compexport Ltda.</i> , <i>Scam Ltda.</i> e <i>Compensados Rio Sul Ltda.</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 12.01.2012, a situação das três reclamadas junto ao BNDT foi alterada para “com garantia total do juízo”. No entanto, ao contrário do processo principal, os reclamados permanecem com pendências junto ao BNDT. | |
| 2 | Processo nº 0000416-94.2010.5.04.0352 |
| Situação processual: Em 14.07.2015, foi proferido sentença que extinguiu a execução. Em 19.08.2015, as partes foram intimadas para retirar os documentos. Em 18.09.2015, foi inserido no sistema informatizado informação de que os autos estão aguardando seu arquivamento | |



definitivo. **Histórico BNDT:** Em 11.09.2012, a reclamada *Novotec Exportadora e Importadora Ltda.* foi inserida no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.

3 0000524-21.2013.5.04.0352, 0000533-46.2014.5.04.0352, 0000666-88.2014.5.04.0352, 0000738-12.2013.5.04.0352, 0000801-08.2011.5.04.0352, 0000906-14.2013.5.04.0352

Ações com situação processual similar à da reclamatória trabalhista nº 0000416-94.2010.5.04.0352.

4 **Processo nº 0000006-31.2013.5.04.0352**

Situação processual: Em 26.08.2014, foi proferido despacho dispensando o pagamento de custas pelas executadas e determinando o arquivamento dos autos sem pendências. Em 27.08.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos das reclamadas. **Histórico BNDT:** Em 24.05, 03.07 e 07.07.2013, as reclamadas Casa Feliz Móveis e Decorações Ltda. – ME, Leonir Vasconcelos de Sousa e Jader Vasconcelos de Souza, respectivamente, tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 23.01.2015, foi registrada a quitação do débito somente em relação aos dados da 1ª reclamada junto ao BNDT.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| Incidentes processuais | | | | | | | | | |
|---|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|------------------|----------|-----------|
| Incidente | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até 31.08) | | |
| | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes |
| Embargos de declaração | 78 | 75 | 8 | 80 | 83 | 5 | 71 | 61 | 15 |
| Antecipações de tutela | 9 | 8 | 1 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 23 | 23 | 8 | 14 | 14 | 5 | 9 | 12 | 2 |
| Embargos à execução | 33 | 26 | 15 | 42 | 40 | 14 | 28 | 29 | 13 |
| Embargos à arrematação | 2 | 2 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Embargos à adjudicação | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 3 | 3 | 1 | 1 | 0 | 2 | 2 | 1 | 3 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 141 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 5,37% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 3,65% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 137 para 142). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 27, saldo 20,59% menor do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 31.08.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 34, saldo 25,93% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:



| 1 | Processo nº 0000594-09.2011.5.04.0352 |
|--|---------------------------------------|
| Situação processual: Em 04.12.2014, a reclamada apresentou embargos de declaração. Em 09.12.2014, foi proferida decisão que não conheceu dos embargos de declaração, por incabíveis. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e da decisão proferida, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão. | |
| 2 | Processo nº 0016600-33.2007.5.04.0352 |
| Situação processual: Em 20.07.2012, a União apresentou impugnação à sentença de liquidação. Em 06.08.2012, foi proferido despacho que deixou de apreciar as razões da impugnação por transitada em julgado a matéria. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e de decisão da impugnação à sentença de liquidação, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|--|--------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 49,95 | 67,14 | 34,41% | 48,8 | -27,32% |
| | Ordinário | 145,29 | 142,43 | -1,97% | 157,62 | 10,67% |
| | Total | 119,16 | 130,07 | 9,16% | 126,23 | -2,95% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

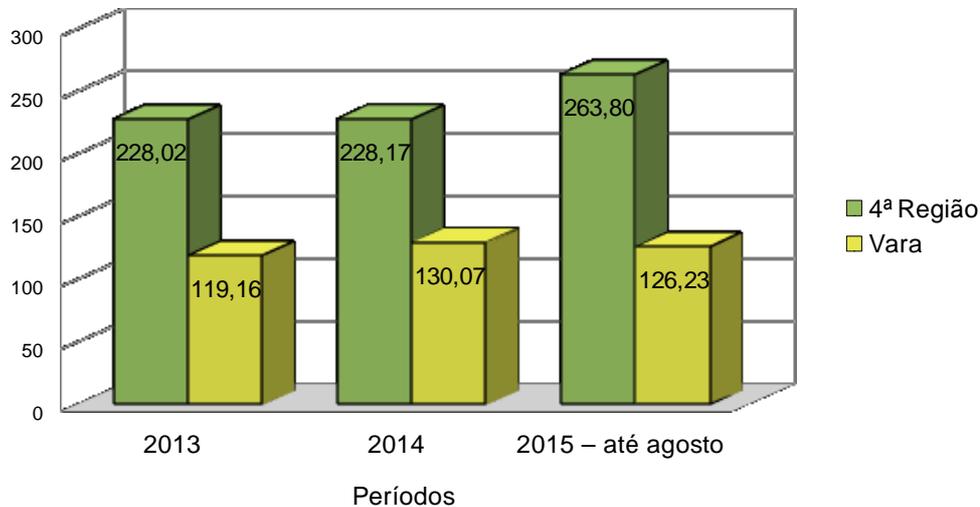
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 67,14 dias, correspondendo a um avanço de 34,41% em relação à média do ano anterior. Todavia, nos oito primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 27,32% mais célere na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 142,43 dias, média 1,97% inferior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio avançou 10,67% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 42,99% (98,10 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, diferença que foi ampliada em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 52,15% (137,57 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---|--------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 83,75 | 110,35 | 31,76% | 130,63 | 18,37% |
| | Ordinário | 145,77 | 168,43 | 15,55% | 123,02 | -26,97% |
| | Total | 139,64 | 160,95 | 15,26% | 124,46 | -22,67% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

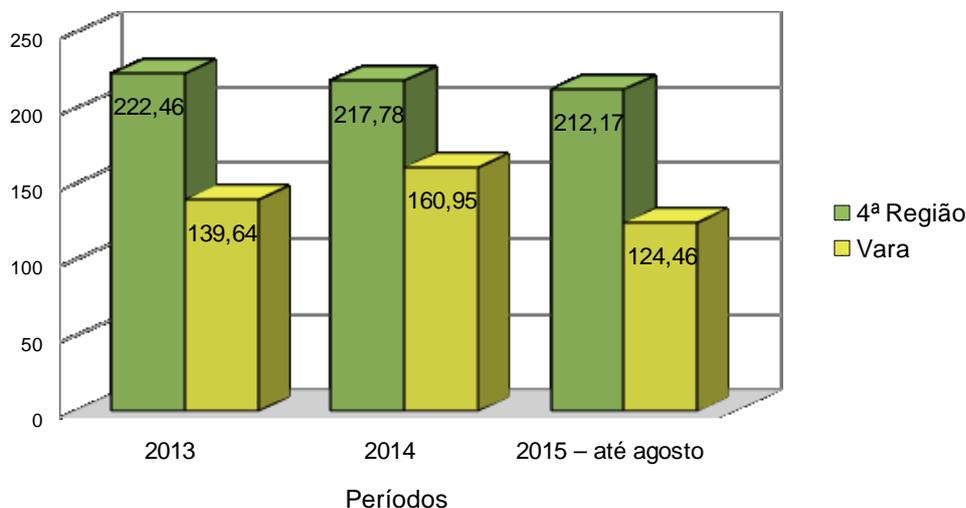
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 110,35 dias, o que equivale a uma elevação de 31,76% em relação à média do ano anterior. Ademais, de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 130,63 dias, período 18,37% maior que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 168,43 dias em 2014, média 15,55% maior que a de 2013. Porém, nos oito primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário recuou para 123,02 dias, que equivale a um uma redução de 26,97%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 26,09% (56,83 dias) mais célere que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, enquanto em 2015 o tempo de tramitação processual foi 41,34% (56,81 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da execução | Ente privado | 386,13 | 276,08 | -28,50% | 347,91 | 26,02% |
| | Ente público | 511,50 | 916,67 | 79,21% | 502,75 | -45,15% |
| | Total | 392,24 | 329,83 | -15,91% | 355,65 | 7,83% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

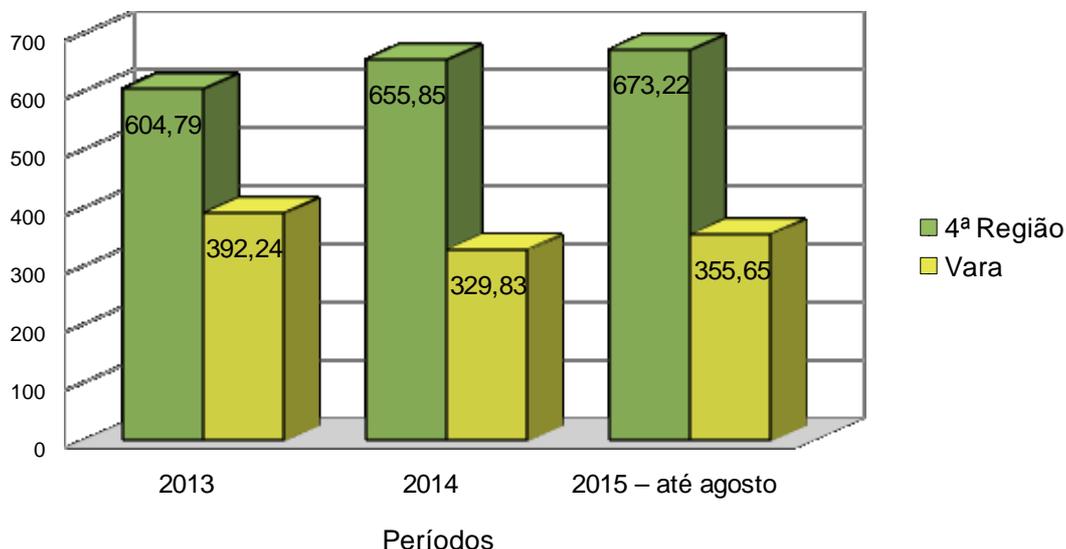
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 386,13 dias, em 2013, para 276,08 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a agosto), no entanto, a média aumentou para 347,91 dias, prazo 26,02% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 511,50 dias, em 2013, para 916,67 dias, em 2014. Todavia, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 502,75 dias, que equivale a uma redução de 45,15% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Gramado foi 49,17% (326,02 dias) mais célere que a média da 4ª Região, diferença reduzida nesses oito primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 47,17% (317,57 dias) menor que a média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

| META 2/2009 CNJ | |
|--|---------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

| META 2/2010 CNJ | |
|--|---------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

| META 2/2012 CNJ | | | |
|----------------------|---|---|-----------|
| Distribuídos em 2008 | Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados | % | Resultado |
| | | | |



| | | | |
|-----|-----|---------|---------------|
| 798 | 798 | 100,00% | Meta cumprida |
|-----|-----|---------|---------------|

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|---|---------|---------------|
| Distribuídos em 2009 | Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados | % | Resultado |
| 950 | 950 | 100,00% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

| META 1/2014 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|--------|-------------------|
| Distribuídos em 2014 | Solucionados em 2014 | % | Resultado |
| 1.043 | 925 | 88,69% | Meta não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

| META 2/2014 CNJ | | | |
|--|--|---------|---------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2011 | Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014 | % | Resultado |
| 10 | 10 | 100,00% | Meta cumprida |
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2012 | Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014 | % | Resultado |
| 286 | 280 | 97,90% | Meta cumprida |

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P5.1 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 748 |
| P5.2 | Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 20 |
| P5.3 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 169 |
| P5.4 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 1 |
| P5.5 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012 | Única | 296 |
| P5.6 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012 | Única | 1 |
| P5.7 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 326 |
| P5.8 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 3 |
| P5.9 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013 | Única | 341 |
| P5.10 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013 | Única | 2 |
| P5.11 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 250 |
| P5.12 | Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 3 |
| P5.13 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 187 |
| P5.14 | Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 1 |
| P5.15 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 13 |
| P5.16 | Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 4 |
| P5.17 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 5 |
| P5.18 | Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 4 |

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\sum P5.13 / (\sum P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \sum P5.15 - \sum P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

| META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | |
|---|-------------------|
| Percentual | Resultado |
| -18,98% | Meta não cumprida |
| META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal | |
| Percentual | Resultado |
| -2,75%B | Meta não cumprida |

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|---------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|---|
| Distribuídos até 31.08.2015 | Solucionados até 31.08.2015 | % | Resultado parcial (até agosto) |
| 865 | 854 | 98,73% | Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| META 2/2015 CNJ | | | |
|--|---|--------|--------------------------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2012 | Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e ago./2015 | % | Resultado parcial (até agosto) |
| 281 | 272 | 96,80% | Meta já cumprida |



5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Casos novos de execução em 2015 (até 31.08) | Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08) | Grau de Cumprimento | Resultado parcial (até agosto) |
| 156 | 106 | 67,95% | Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta |

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|--------------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado parcial (até agosto) |
| 01 | Meta ainda não cumprida |

| 1 | Processo nº 0000142-62.2012.5.04.0352 |
|--|---------------------------------------|
| Situação processual: ação civil pública ajuizada em 01.03.2012. Entre 27.03.2012 e 17.03.2014, houve prova pericial contábil e manifestações das partes. Em 30.04.2014, foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido. Em 25.09.2015, os autos foram remetidos ao TRT4 para julgamento de recurso ordinário. Em 13.07.2015, a sentença foi reformada, restringindo a prescrição total pronunciada na sentença apenas aos substituídos cujos contratos de trabalho foram extintos anteriormente a 1º.03.2010 e determinando o retorno dos autos à origem para julgamento das pretensões deduzidas na petição inicial. Em 13.07.2015, os autos forma encaminhados ao Juiz substituto JOE ERNANDO DESZUTA para julgamento. Até o dia 13.10.2015, data em que feita a consulta aos andamentos processuais, o processo permanecia aguardando a prolação da sentença. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | | |
|---|---|---------------------------|--|--------------------------------|
| Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014 | Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (31.08.2015) | Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta | Resultado parcial (até agosto) |
| 1º Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 6 | 3 | 5 | |
| 2º Estado do Rio Grande do Sul | 4 | 0 | 3 | |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-----|--|----|----|---|--|
| 3º | Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 2 | 0 | 1 | Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta |
| 4º | Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 10 | 4 | 9 | |
| 5º | União | 2 | 2 | 1 | |
| 6º | OI S.A. | 2 | 15 | 1 | |
| 7º | <u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)</u> | 0 | 0 | 0 | |
| 8º | Caixa Econômica Federal - CEF | 4 | 7 | 3 | |
| 9º | Banco do Brasil S.A. | 1 | 1 | 0 | |
| 10º | Hospital Nossa Senhora da Conceição | 0 | 0 | 0 | |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08) | Prazo médio a ser alcançado em 2015 | Resultado parcial (até agosto) |
| 228,17 | 130,07 | 126,23 | 128,77 | Indicativo de cumprimento da meta |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|------|------|-----------------|------------------|----------------|------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 31.08) | Meta para 2015 | Resultado parcial (até agosto) |
| Total de acordos | 617 | 605 | 611 | 588 | 618 | Média parcial indicativa de |



| | | | | | | |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|--------------|----------------------------|
| Média mensal de acordos | 51,42 | 50,42 | 50,92 | 73,50 | 51,50 | cumprimento da meta |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|--------------|----------------------------|

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

No ano de 2015, a Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|--------------|---------|----------------|-------------------------|-----------------|-------|
| Manhã | - | 4 (I) 1 (U) | 9 (I) 4 (P) 1 (U) | 13 (I) 4 (P) | - |
| Tarde | - | 1 (U) 4 (P) | 2 (U) 4 (P) | 4 (P) | - |

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 27.10.2015)

Para o ano de 2016 está programada a seguinte composição média das sessões:

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|--------------|---------|----------------|--------------------------|-------------------------|-------|
| Manhã | - | - | 13 (I) 2 (U) 3 (P) | 9 (I) 2 (U) 3 (P) | - |
| Tarde | - | 1 (U) 4 (P) | 1 (U) 4 (P) | 1 (U) 4 (P) | - |

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 27.10.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última Data Marcada | Próxima Data Livre |
|--|---------------------|--------------------|
| | | |
| Inicial | 01.12.2015 | 01.12.2015 |
| Una Sumaríssimo | 26.11.2015 | 01.12.2015 |
| Instrução | 29.03.2016 | 10.03.2016 |
| Tentativa de acordo em execução | - | - |

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 27.10.2015)



6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência | Sumaríssimo | 32,05 | 40,03 | 24,90% | 35,62 | -11,02% |
| | Ordinário | 44,70 | 38,07 | -14,82% | 33,59 | -11,78% |
| | Total | 41,43 | 38,4 | -7,33% | 34,12 | -11,14% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio ampliado de 32,05 dias, em 2013, para 40,03 dias, em 2014 (aumento de 24,90%). Todavia, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 35,62 dias, que equivale a uma redução de 11,02% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 44,70 dias, em 2013, para 38,07 dias, em 2014 (queda de 14,82%), e nova redução para 33,59 dias, em 2015 (redução de 11,78%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| 2014 | | | | | |
|---|------------|------------|------------|-------------|--------------|
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Gustavo Pusch | 18 | 9 | 0 | 0 | 27 |
| Joe Ernando Deszuta | 815 | 542 | 163 | 27 | 1.547 |
| Oswaldo Antônio da Silva Stocher | 46 | 48 | 0 | 0 | 94 |
| TOTAL | 879 | 599 | 163 | 27 | 1.668 |
| 2015 (até 31.08) | | | | | |
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Jaqueline Maria Menta | 0 | 24 | 0 | 0 | 24 |
| Joe Ernando Deszuta | 730 | 403 | 160 | 20 | 1.313 |
| Sheila Spode | 1 | 28 | 0 | 0 | 29 |
| TOTAL | 731 | 455 | 160 | 20 | 1.366 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)



6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| 2014 | | | | | | |
|---|---------------------|------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Edenir Barbosa Domingos | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Gustavo Pusch | 6 | 3 | 0 | 9 | - | 9 |
| Joe Ernando Deszuta | 563 | 223 | 0 | 786 | 81 | 867 |
| Oswaldo Antônio da Silva Stocher | 36 | 9 | 0 | 45 | 3 | 48 |
| TOTAL | 605 | 236 | 0 | 841 | 84 | 925 |
| 2015 (até 31.08) | | | | | | |
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Jaqueline Maria Menta | 13 | 0 | 0 | 13 | 1 | 14 |
| Joe Ernando Deszuta | 561 | 172 | 1 | 734 | 72 | 806 |
| Oswaldo Antônio da Silva Stocher | - | 11 | 0 | 11 | - | 11 |
| Sheila Spode | 14 | 8 | 0 | 22 | 1 | 23 |
| TOTAL | 588 | 191 | 1 | 780 | 74 | 854 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Juiz Titular – Joe Ernando Deszuta | | |
|------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 0001095-55.2014.5.04.0352 | 0000545-34.2012.5.04.0351 | 0000375-54.2015.5.04.0352 |
| 0000750-89.2014.5.04.0352 | 0000547-04.2012.5.04.0351 | 0000381-61.2015.5.04.0352 |
| 0000570-81.2011.5.04.0351 | 0000792-41.2014.5.04.0352 | 0001129-30.2014.5.04.0352 |
| 0000142-62.2012.5.04.0352 | 0000418-25.2014.5.04.0352 | 0000069-85.2015.5.04.0352 |
| 0000869-50.2014.5.04.0352 | 0000717-02.2014.5.04.0352 | 0000724-57.2015.5.04.0352 |
| 0000325-28.2015.5.04.0352 | 0000718-84.2014.5.04.0352 | 0000555-70.2015.5.04.0352 |
| 0000054-19.2015.5.04.0352 | 0001080-86.2014.5.04.0352 | 0000432-72.2015.5.04.0352 |



Total: 21 processos

Juiz substituto zoneado – Edenir Barbosa Domingos

Não constam processos conclusos há mais de 50 dias

Juíza substituta zoneada – Jaqueline Maria Menta

| | | |
|----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 0000343-49.2015.5.04.0352 | 0000312-29.2015.5.04.0352 | 0000715-32.2014.5.04.0352 |
| 0000313-14.2015.5.04.0352 | 0000412-81.2015.5.04.0352 | 0000716-17.2014.5.04.0352 |
| 0000311-44.2015.5.04.0352 | 0000776-87.2014.5.04.0352 | - |
| Total: 08 processos | | |

Juiz substituto zoneado – Osvaldo Antônio da Silva Stocher

| | | |
|----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 0000116-93.2014.5.04.0352 | 0000117-78.2014.5.04.0352 | 0000420-92.2014.5.04.0352 |
| Total: 03 processos | | |

Juíza substituta – Sheila Spode

| | | |
|---------------------------|---|---|
| 0000741-30.2014.5.04.0352 | - | - |
| Total: 01 processo | | |

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 48 horas, a contar da determinação.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48 horas, a contar da determinação.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento em 48 horas, a contar da determinação.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas assim que recebidas, segundo informou o Diretor de Secretaria.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional, estava em análise o protocolo de 27.10.2015.



7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 19.10.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Havia 07 processos pendentes de remessa ao TRT. A tarefa é executada semanalmente.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|----|--|------------|---|
| 1 | 0000303-04.2014.5.04.0352 ¹ | 14.08.2015 | 1 mês e 16 dias |
| 2 | 0000804-55.2014.5.04.0352 ² | 01.09.2015 | 29 dias |
| 3 | 0000405-60.2013.5.04.0352 ² | 02.09.2015 | 28 dias |
| 4 | 0000677-54.2013.5.04.0352 ² | 08.09.2015 | 22 dias |
| 5 | 0000102-75.2015.5.04.0352 ² | 08.09.2015 | 22 dias |
| 6 | 0000094-98.2015.5.04.0352 ³ | 08.09.2015 | 22 dias |
| 7 | 0000026-51.2015.5.04.0352 ² | 18.09.2015 | 12 dias |
| 8 | 0000082-60.2010.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 9 | 0105700-62.2008.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 10 | 0011600-18.2008.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 11 | 0015100-63.2006.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 12 | 0026000-08.2006.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 13 | 0028200-85.2006.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 14 | 0029200-18.2009.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 15 | 0102000-83.2005.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 16 | 0079800-77.2008.5.04.0352 | 18.09.2015 | 12 dias |
| 17 | 0087500-12.2005.5.04.0352 ² | 18.09.2015 | 12 dias |
| 18 | 0000258-97.2014.5.04.0352 ⁴ | 18.09.2015 | 12 dias |
| 19 | 0000394-02.2011.5.04.0352 ² | 18.09.2015 | 12 dias |



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.09.2015)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos e mandado de busca e apreensão com resultado positivo, conforme dados visualizados na data da consulta.

² Expedida notificação para devolução dos autos.

³ Proferido despacho determinando expedição de notificação para devolução dos autos.

⁴ Deferida a dilação de prazo solicitada pelo perito, porém novamente vencida sem devolução dos autos em 22.09.2015.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 29.09.2015, verificou-se que não constam processos em carga com prazo excedido há mais de 10 dias com peritos na Unidade Judiciária.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

| | Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado |
|---|--------------|--|-------------------|--|
| 1 | 352-00701/15 | 0000761-84.2015.5.04.0352 ¹ | 26.08.2015 | 1 mês e 4 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.09.2015)

¹ Proferido despacho determinando o cumprimento e a devolução do mandado.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 29.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **345 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|--|----------------------------------|
| 1 | 0000694-90.2013.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 160; termos de juntada no verso da fl. 168 e verso da fl. 172 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 237; documento reduzido juntado à fl. 241 não quantificado, nem numerado. Movimentação processual: decorreram 09 dias entre a juntada do recurso adesivo das fls. 173-188 e o despacho da fl. 189; certificação de decurso de prazo da notificação da fl. 190 em 13 dias. | |
| 2 | 0000432-43.2013.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 148 com espaços em branco. Movimentação processual: nada a apontar. | |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | |
|---|---------------------------|
| 3 | 0000808-63.2012.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: a certidão da fl. 104 não obedece a ordem cronológica dos autos já que lavrada em data anterior ao despacho da fl. 103. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 163 em prazo superior a 30 dias. | |
| 4 | 0000403-22.2015.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar. | |
| 5 | 0000811-18.2012.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 254. Movimentação processual: nada a apontar. | |
| 6 | 0000804-21.2015.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: alvará expedido 11 dias após a juntada da guia de depósito (termo de juntada da fl. 27/verso e certidão lavrada no verso da fl. 28); pendente de análise a certidão lavrada pelo Oficial de Justiça à fl. 32/verso. | |
| 7 | 0000954-07.2012.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 72 com espaços em branco. Movimentação processual: o lapso de 150 dias sem cumprimento da determinação judicial da fl. 53 foi justificado na certidão lavrada à fl. 58, em 19.7.2014 (inviabilidade da consulta ao Bacen e Infojud em razão da inexistência do número do CPF da executada nos autos); cumprimento da determinação da fl. 89 em 30 dias; petição das fls. 94-95, 10 dias após a protocolização (despacho da fl. 96); cumprimento do despacho da fl. 96 em 12 dias; transcorreram 20 dias entre a diligência da fl. 118 e o expediente da fl. 11, sem movimentação processual; cumprimento do despacho da fl. 122 em 16 dias, conforme registros do Infor. | |
| 8 | 0000342-64.2015.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos: nada apontar. Movimentação processual: nada apontar. | |
| 9 | 0000447-12.2013.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 143; não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 157; o termo de remessa no verso da fl. 208 não está datado. Movimentação processual: certificação de decurso de prazo da notificação da fl. 137 em 18 dias (prazo expirou em 30.7.2014, conforme andamentos do Infor e a certificação foi efetuada em 18.8.2014 – fl. 137/verso). | |
| 10 | 0000774-54.2013.5.04.0352 |
| Aspectos gerais dos autos*: os termos de encerramento (fl.200) e abertura (fl. 201) não respeitaram a ordem cronológica dos autos, já que o termo de juntada da fl. 202 foi lavrado em data anterior. Movimentação processual: as partes foram intimadas da sentença das fls. 183-193, 25 dias após a publicação; petição das fls. 334-338 apreciada 29 dias após a protocolização (despacho da fl. 339); cálculo de liquidação das fls. 343-393 juntado 08 dias após a protocolização; análise do cálculo do contador <i>ad hoc</i> , 15 dias após a juntada da manifestação da União (fls. 397-401); decisão da fl. 404, 404/verso, pendente de cumprimento. | |

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.



8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

| Prática | Exemplos |
|---|---------------------------|
| Ausência de prazo final do acordo | 0000347-23.2014.5.04.0352 |
| | 0001144-96.2014.5.04.0352 |
| | 0000130-43.2015.5.04.0352 |
| Autos aguardando arquivamento provisório ou definitivo | 0000904-44.2013.5.04.0352 |
| | 0000675-84.2013.5.04.0352 |
| | 0000111-76.2011.5.04.0352 |
| Aguardando expedição de alvarás | 0000231-22.2011.5.04.0352 |
| | 0000603-68.2011.5.04.0352 |
| | 0000655-30.2012.5.04.0352 |
| Demora no impulso processual | 0000309-11.2014.5.04.0352 |
| | 0000576-80.2014.5.04.0352 |
| | 0001004-96.2013.5.04.0352 |
| Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no INFOR | 0045100-80.2005.5.04.0352 |
| | 0038900-23.2006.5.04.0352 |
| | 0000508-96.2015.5.04.0352 |
| Registros desatualizados | 0010400-39.2009.5.04.0352 |
| | 0000739-60.2014.5.04.0352 |
| | 0000271-96.2014.5.04.0352 |

No exame dessa listagem, verificou-se relevante quantidade de processos que aguardam a execução de outro feito mas não registram o andamento de “Processo suspenso/sobrestado” ou “Execução reunida”, de acordo com cada caso. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.



8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 16.10.2015. Por ser muito recente há poucos processos tramitando no meio eletrônico.

A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

| Agrupador | Fase | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
|------------------------------------|--------------|-------------------------|--|------------|
| Processos c/petições avulsas | - | - | - | 27.10.2015 |
| c/habilitações não lidas | - | - | - | 27.10.2015 |
| c/pedido de liminar | | 03 | Todos de 27.10.2015 | 27.10.2015 |
| C/petições não apreciadas | - | - | - | 27.10.2015 |
| Mandados devolvidos OJ | - | 02 | - | 27.10.2015 |
| Pasta | Fase | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
| Aguardando cumprimento providência | Conhecimento | - | - | 27.10.2015 |
| Aguardando cumprimento providência | Liquidação | - | - | 27.10.2015 |
| Aguardando cumprimento providência | Execução | - | - | 27.10.2015 |
| Aguardando término dos prazos | Conhecimento | 01 | 20017.13.2015 (22/10) na subpasta '01 a 10/11' | 27.10.2015 |



| | | | | |
|-------------------------------|--------------|---|---|------------|
| Aguardando término dos prazos | Liquidação | - | - | 27.10.2015 |
| Aguardando término dos prazos | Execução | - | - | 27.10.2015 |
| Apreciar urgentes | - | - | - | 27.10.2015 |
| Prazos vencidos | Conhecimento | - | - | 27.10.2015 |
| Prazos vencidos | Liquidação | - | - | 27.10.2015 |
| Prazos vencidos | Execução | - | - | 27.10.2015 |
| Triagem inicial | - | - | - | 27.10.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Assim como constatado em relação à 1ª Vara do Trabalho de Gramado, a 2ª Unidade do Foro também vem apresentando majoração do seu acervo processual desde 2013, tendência essa que permaneceu até o mês de agosto de 2015, de acordo com as informações disponíveis no sistema eGestão e que é majoritariamente perceptível na fase de conhecimento. Não obstante, assim como ocorre em relação à 1ª Vara do Foro, a tramitação processual não restou prejudicada; ao contrário, os prazos médios de tramitação processual em todas as fases estão positivamente abaixo dos lapsos médios regionais, destacando-se a fase de execução, atualmente 317 (trezentos e dezessete) dias mais célere do que o parâmetro estadual.

O comprometimento e cuidado com o trabalho realizado é também constatado quando do exame dos processos físicos. Os lapsos de tramitação que seriam mais significativos dizem respeito a situações processuais pouco comuns ou a dificuldades operacionais externas aos próprios processos apontados. Nesse sentido, pode-se citar exemplificativamente, a dificuldade de citação, em ação de consignação, de consignatário apenado, ou a necessidade de espera em execução quando reunida à outra demanda.

Ao final, a Corregedora parabenizou todos os servidores pelos resultados que têm sido apresentados pela unidade, assim como pelo comprometimento de todos e foi possibilitado o uso da palavra pelos presentes; não houve, contudo, manifestação.

O Juiz Substituto zoneado Osvaldo Antônio da Silva Stocher mostrou-se comprometido com a jurisdição e apresentou muito boa produtividade na unidade, tendo sido encontrada ínfima quantidade de processos conclusos para decisão com prazo excedido.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)



Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que se repete em 2015 conforme dados colhidos até agosto.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº0000416-94.2010.5.04.0352, nº 0000524-21.2013.5.04.0352, nº 0000533-46.2014.5.04.0352, nº 0000666-88.2014.5.04.0352, nº 0000738-12.2013.5.04.0352, nº 0000801-08.2011.5.04.0352 e nº 0000906-14.2013.5.04.0352, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) certificada a quitação total do débito no processo principal, inclusive quanto às execuções que tramitaram de forma conjunta, não se vislumbra motivo para manutenção no BNDT das reclamadas dos processos apensados nº 0102000-44.2009.5.04.0352, devendo em relação a estas ser observado o mesmo procedimento do item “b” acima;
- d) justifique a não exclusão dos dados dos devedores solidários/subsidiários do BNDT nos autos dos processos nº 0000006-31.2013.5.04.0352, mormente em face do registro da quitação do débito e do arquivamento definitivo dos autos. Em se tratando de equívoco, determina-se a adoção do mesmo procedimento da alínea “b” em relação às reclamadas;



- e) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e ao não conhecimento dos embargos de declaração apresentados pela reclamada no processo nº 0000906-14.2013.5.04.0352,
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela União no processo nº 0016600-33.2007.5.04.0352.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.4 (Meta CNJ 6/2015)

Determina-se que a expedição de comunicação ao Juiz Substituto Joe Ernando Deszuta para que profira a sentença na Ação Civil Pública nº 0000142-62.2012.5.04.0352 no prazo de 10 dias, considerando que já transcorrido o prazo para tanto há mais de 60 dias e tendo em vista a necessidade de cumprimento da respectiva meta do CNJ.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que os Juízes **Joe Ernando Deszuta**, **Jaqueline Maria Menta** e **Osvaldo Antônio da Silva Stocher** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifique-se a Juíza **Sheila Spode** acerca do processo concluso há mais de 50 dias indicado no mesmo item deste relatório para que profira a sentença com a maior brevidade possível.

ITENS 7.10.1 – ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.



ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, inclusive devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR,
- f) movimente os processos 0000804-21.2015.5.04.0352 e 0000774-54.2013.5.04.0352, analisados no item 8.1

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **345 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:



- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000347-23.2014.5.04.0352, nº 0001144-96.2014.5.04.0352, nº 0000130-43.2015.5.04.0352);
- b) archive os processos (nº0000904-44.2013.5.04.0352, nº 0000675-84.2013.5.04.0352, nº 0000111-76.2011.5.04.0352);
- c) expeça os alvarás (processos nº 0000231-22.2011.5.04.0352, nº 0000603-68.2011.5.04.0352, nº 0000655-30.2012.5.04.0352);
- d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000309-11.2014.5.04.0352, nº 0000576-80.2014.5.04.0352, nº 0001004-96.2013.5.04.0352);
- e) informe, quando for o caso, a reunião em execução ou a suspensão/sobrestamento dos feitos (processos nº 0045100-80.2005.5.04.0352, nº 0038900-23.2006.5.04.0352, nº 0000508-96.2015.5.04.0352),
- f) atualize os registros (processos nº 0010400-39.2009.5.04.0352, nº 0000739-60.2014.5.04.0352, nº 0000271-96.2014.5.04.0352).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Gramado, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o advogado Ariel Stopassola, Presidente da Seccional da OAB local, e relatou à Corregedoria sua boa impressão em relação ao funcionamento de todas as unidades do Foro Trabalhista de Gramado. Foi elogiado o excelente atendimento e o nível de preparo apresentado pelos servidores, assim como a atuação dos Magistrados atuantes no Foro.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Substituto zoneado Osvaldo Antônio da Silva Stocher, pelo Diretor de Secretaria Eduardo de Azevedo Colvara e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional